

## COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

## REQUERIMENTO Nº /2022

(Das Sras. Sâmia Bomfim e Vivi Reis)

Requer Moção de Solidariedade à atriz

Klara Castanho.

Senhora Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Mulheres:

Requeiro, nos termos do Art. 117, caput, do Regimento Interno, seja submetido à apreciação desta Comissão o presente Requerimento de Moção de Solidariedade à atriz Klara Castanho, que foi alvo de exposição na internet sobre um caso sigiloso e referente à sua vida íntima.

## JUSTIFICAÇÃO

No último final de semana, a atriz Klara Castanho se viu compelida a divulgar uma carta aberta revelando que foi vítima de estupro, engravidou e decidiu entregar a criança para adoção seguindo todos os trâmites legais. Ela não queria expor esse episódio de sua vida, mas o vazamento da história veio a público por meio de sites jornalísticos e redes de fofocas, juntamente com ataques à atriz.

Em sua carta ela conta que sofreu várias violências pelos profissionais de saúde e pelo hospital que a atenderam, sobre o médico que realizou o ultrassom ela revela: *“esse profissional me obrigou a ouvir o coração da criança, disse que 50% do DNA eram meus e que eu seria obrigada a amá-lo”*.



Além disso, no pós-parto ela foi abordada por uma enfermeira que fez perguntas e a ameaçou: *'Imagina se tal colunista descobre essa história'*. Na carta ela prossegue: *"Eu estava dentro de um hospital, um lugar que era para supostamente me acolher e proteger. Quando cheguei no quarto já havia mensagens do colunista, com todas as informações. Ele só não sabia do estupro. Eu ainda estava sob o efeito da anestesia. Eu não tive tempo para processar tudo aquilo que estava vivendo. Eu conversei com ele, expliquei tudo que tinha me acontecido. Ele prometeu não publicar. Um outro colunista também me procurou dias depois querendo saber se eu estava grávida e eu falei com ele. Mas apenas o fato de eles saberem, mostra que os profissionais que deveriam ter me protegido em um momento de extrema dor e vulnerabilidade, que têm a obrigação legal de respeitar o sigilo da entrega, não foram éticos, nem tiveram respeito por mim e nem pela criança"*.

Tal conduta, tanto na forma de ameaça quanto no vazamento de dados da paciente, ferem o código de ética do profissional de enfermagem e do direito resguardado de sigilo médico sobre informações que constam em prontuário. Sendo assim, cabe séria investigação feita por seus órgãos competentes. Também é necessário que o Hospital e Maternidade Brasil (Rede D'Or) explique o vazamento de informações sigilosas da paciente bem como reveja seus processos internos de capacitação de seus profissionais.

Cabe, também, nosso repúdio aos veículos de comunicação e jornalistas que exploraram a situação de violência pela qual a atriz passou a fim de conquistar mais audiência e atenção. Violência contra a mulher e exposição da vítima não podem ser considerados bom jornalismo.

Esse episódio demonstra mais uma vez a mulher sendo vítima de violências e ilegalidades absurdas, consequência da nossa sociedade machista, misógina e do escalonamento do discurso de ódio e da desinformação no Brasil.

Ao mesmo tempo em que reforçamos que essa série de abusos e ilegalidades sofridas pela atriz devem ser investigadas e os responsáveis devem ser punidos, demonstramos nosso apoio, respeito e compaixão à Klara Castanho.



Diante do exposto, esta Comissão de Defesa dos Direitos das Mulheres da Câmara dos Deputados presta sua solidariedade à atriz Klara Castanho.

Sala das sessões, em 27 de junho de 2022.

Sâmia Bomfim

PSOL/SP

Vivi Reis

PSOL/PA





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Infoleg - Autenticador**

## **Requerimento** **(Da Sra. Sâmia Bomfim)**

Requer Moção de Solidariedade  
à atriz Klara Castanho.

Assinaram eletronicamente o documento CD225278619700, nesta ordem:

- 1 Dep. Sâmia Bomfim (PSOL/SP)
- 2 Dep. Vivi Reis (PSOL/PA)

Apresentação: 28/06/2022 09:44 - CMULHER

REQ n.21/2022



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim e outros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225278619700>